



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c1042zFt0lB02uI7Bm-dlw&chave2=Ug8cwwspH\_-cKcj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00890064962-DOUGLAS CUNHA|8914864953-MARIA CAPISTRANO CUNHA

## CUNHA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS LTDA.

### CNPJ N. 82.863.291/0001-06 - 11ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **MARIA CAPISTRANO CUNHA**, brasileira, natural de Alfredo Wagner - SC, nascida em 15/05/1955, casada pelo regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da carteira de identidade sob n. 7R/1.032.641, expedida pela SSP-SC em 29/11/1990 e do CPF n. 891.486.499-53, residente e domiciliada à Rua Visconde de Mauá, n. 371, Centro, CEP: 89160-103, no município de Rio do Sul - SC e **DOUGLAS CUNHA**, brasileiro, natural de Rio do Sul - SC, nascido em 15/08/1984, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade sob n. 4.001.163-1, expedida pela SESP-SC em 29/04/2003 e do CPF n. 008.900.649-62, residentes e domiciliados à Rua Visconde de Mauá, n. 381, Centro, CEP: 89160-103, no município de Rio do Sul - SC, únicos sócios componentes da sociedade limitada, regida por este instrumento, em consonância com o Código Civil Brasileiro em vigor, instituído que foi pela Lei n. 10406/2002 e disposições da Lei n. 6404/76 conforme previsão insculpida no § 1º do art. 1053 do Código Civil, especialmente quanto as “avaliações (art. 8º)”, “a escrituração e demonstração contábil financeira (arts. 176 a 191)”, “fusão, cisão ou incorporação (arts. 224 e 225)”, e “as publicações (§ 5º e 6º do art. 289)”, sob a denominação social de **CUNHA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS LTDA.**, estabelecida à Avenida Oscar Barcelos, n. 1102, no bairro Santana, CEP: 89160-314, no município de Rio do Sul - SC, com seu contrato social devidamente arquivado na JUCESC sob n. 42201370888 em sessão de 12/12/1990, resolvem em comum acordo alterar o referido contrato social, como a seguir se contrata:

**I - A sócia MARIA CAPISTRANO CUNHA** anteriormente qualificada, na condição de cedente, não desejando mais permanecer como sócia da sociedade, vende e transfere 2.000 (duas mil) quotas de sua participação no capital social, no valor de 2.000,00 (dois mil) reais para o sócio **DOUGLAS CUNHA** anteriormente qualificado na condição de cessionário.

**II - A cedente** declara ter vendido e transferido todos os seus direitos e haveres, perante a sociedade, das quotas transferidas, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

**III - O capital social** é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em dinheiro, moeda corrente nacional, sendo sua totalidade pertencente ao sócio **DOUGLAS CUNHA**, anteriormente qualificado.

**Parágrafo Único - A partir da presente alteração**, a sociedade está na condição de **SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL**, conforme disposição constante no artigo 1.052 do Código Civil, inserido pela Lei 13874/2019, podendo a qualquer momento recompor sua pluralidade

**IV - A responsabilidade do único sócio** é solidária e limitada à importância total do capital social subscrito e integralizado, nos termos do artigo 1052 da Lei n. 10406/2002.

**V - O sócio subscritor das quotas do capital social** declara, para todos os efeitos legais, que não está impedido, nos termos da lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação



criminal ou qualquer tipo de impedimento legal inclusive incapacidade superveniente, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civis, inclusive de personalidade.

**VI** - A administração da sociedade caberá ao sócio administrador **DOUGLAS CUNHA**, o qual terá poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente junto as repartições públicas, entidades autárquicas e paraestatais, nomear advogados, procuradores, assinar correspondências, emitir e sacar cheques, duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, admitir e demitir empregados, assinar recibos, pedidos, despachos, todos os documentos relacionados com as leis federais, estaduais, municipais e previdenciárias, atos de receber e dar quitação, movimentar contas bancárias, endossos de duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio, propostas de descontos, junto a estabelecimentos de crédito, atos de compra e todos os demais atos que representam direitos e obrigações, a prática de efetuar financiamentos em estabelecimentos de crédito e bancários, da venda, compra, de hipotecar, gravar e alienar, dar em garantias, bens imóveis e móveis, praticando todos os atos necessários ao bom funcionamento da sociedade.

*Parágrafo Primeiro* - Fica expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

*Parágrafo Segundo* - A título de **PRÓ-LABORE**, o sócio administrador poderá retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado por este.

*Parágrafo Terceiro* - A sociedade poderá manter administrador não sócio, nomeado no ato ou em ato separado.

*Parágrafo Quarta* - A sociedade, quando houver exigência legal, manterá responsável técnico, que responderá perante ao órgão competente, por todas as infrações ou desrespeito a ética profissional da mesma ou de seus membros.

**VII** - O exercício social coincidirá com o ano civil, terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro ao término do qual será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações contábeis previstas no art. 176, da Lei n. 6404/76 em consonância com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, dispensando-se, todavia, sua publicação.

*Parágrafo Primeiro* - O lucro líquido, apurado em balanço anual ou mensal, poderá ser distribuído ou não, a critério do sócio e da situação financeira e patrimonial da sociedade.

*Parágrafo Segundo* - Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes.

**VIII** - A sociedade, por decisão do único sócio, poderá: a) transformar-se em outro tipo social; b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada; c) fundir-se com outra sociedade; d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se caso a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.



**IX** - As decisões do único sócio, quando exigível por lei, serão refletidas em documento escrito, instrumento público ou particular, subscrito por este ou por seu procurador com poderes específicos

**X** - O falecimento, retirada, interdição ou inabilitação do sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com seus herdeiros, sucessores ou representante legal.

*Parágrafo Único* - Caso o(s) herdeiro(s) do sócio falecido não pretenda(m) integrar-se na sociedade, então, caberá ao inventariante providenciar a produção de balanço especial e apuração do patrimônio líquido para pagamento dos haveres do sócio falecido e o encerramento da empresa

**XI** - O sócio administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**XII** - O sócio declara, sob as penas da lei, que a empresa se enquadra na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP** nos termos da Lei Complementar n 123, de 14/12/2006.

**XIII** - A sociedade através do presente instrumento, consolida o contrato social, ficando a redação atualizada conforme segue:

**CLÁUSULA 1ª** - A sociedade usa o nome empresarial **CUNHA INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS LTDA.**

**CLÁUSULA 2ª** - A sociedade tem sua sede social localizada à **Avenida Oscar Barcelos, n. 1102, sala 03, Centro, CEP: 89160-027, no município de Rio do Sul - SC.**

**CLÁUSULA 3ª** - A sociedade poderá abrir filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou exterior, bem como participar de outras sociedades afins ou não.

**CLÁUSULA 4ª** - A sociedade tem como objeto o **comércio de equipamentos de telefonia, comunicação e segurança, material elétrico, equipamentos e suprimentos de informática, eletroeletrônicos, peças e acessórios. serviços de instalação, manutenção e reparação de equipamentos de comunicação, segurança, eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos de escritório e de informática; atividades de provedores de voz sobre protocolo internet, circuito especializado fixo, para suporte à interligação de redes, PABX, serviço de rede especializado, para provimento de serviços de comunicações de voz, dados, imagens, serviço de estabelecimento de redes de telecomunicações, instalação e manutenção das conexões de terminais telefônicos às redes de telecomunicações públicas em prédios residenciais, comerciais e industriais, atividades de serviços especiais, explorados como serviços de telecomunicações que têm por finalidade o atendimento de necessidades de comunicações de interesse geral, não abertos à correspondência pública, atividade de intermediação e agenciamento de negócios e serviços.**



**CLÁUSULA 5ª** - A sociedade iniciou suas atividades em **01 de dezembro de 1990** e seu prazo de duração é indeterminado.

**CLÁUSULA 6ª** - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em dinheiro, moeda corrente nacional, sendo sua totalidade pertencente ao sócio **DOUGLAS CUNHA**.

*Parágrafo Único* - A partir da presente alteração, a sociedade está na condição de **SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL**, conforme disposição constante no artigo 1.052 do Código Civil, inserido pela Lei 13874/2019, podendo a qualquer momento recompor sua pluralidade

**CLÁUSULA 7ª** - A responsabilidade do único sócio é solidária e limitada à importância total do capital social subscrito e integralizado, nos termos do artigo 1052 da Lei n. 10406/2002.

**CLÁUSULA 8ª** - A administração da sociedade caberá ao sócio administrador **DOUGLAS CUNHA**, o qual terá poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente junto as repartições públicas, entidades autárquicas e paraestatais, nomear advogados, procuradores, assinar correspondências, emitir e sacar cheques, duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, admitir e demitir empregados, assinar recibos, pedidos, despachos, todos os documentos relacionados com as leis federais, estaduais, municipais e previdenciárias, atos de receber e dar quitação, movimentar contas bancárias, endossos de duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio, propostas de descontos, junto a estabelecimentos de crédito, atos de compra e todos os demais atos que representam direitos e obrigações, a prática de efetuar financiamentos em estabelecimentos de crédito e bancários, da venda, compra, de hipotecar, gravar e alienar, dar em garantias, bens imóveis e móveis, praticando todos os atos necessários ao bom funcionamento da sociedade.

*Parágrafo Primeiro* - Fica expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

*Parágrafo Segundo* - A título de **PRÓ-LABORE**, o sócio administrador poderá retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado por este.

*Parágrafo Terceiro* - A sociedade poderá manter administrador não sócio, nomeado no ato ou em ato separado.

*Parágrafo Quarta* - A sociedade, quando houver exigência legal, manterá responsável técnico, que responderá perante ao órgão competente, por todas as infrações ou desrespeito a ética profissional da mesma ou de seus membros.

**CLÁUSULA 9ª** - O exercício social coincidirá com o ano civil, terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro ao término do qual será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações contábeis previstas no art. 176, da Lei n. 6404/76 em consonância com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, dispensando-se, todavia, sua publicação.



*Parágrafo Primeiro* - O lucro líquido, apurado em balanço anual ou mensal, poderá ser distribuído ou não, a critério do sócio e da situação financeira e patrimonial da sociedade.

*Parágrafo Segundo* - Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes.

**CLÁUSULA 10** - A sociedade, por decisão do único sócio, poderá: a) transformar-se em outro tipo social; b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada; c) fundir-se com outra sociedade; d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se caso a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

**CLÁUSULA 11** - As decisões do único sócio, quando exigível por lei, serão refletidas em documento escrito, instrumento público ou particular, subscrito por este ou por seu procurador com poderes específicos

**CLÁUSULA 12** - O falecimento, retirada, interdição ou inabilitação do sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com seus herdeiros, sucessores ou representante legal.

*Parágrafo Único* - Caso o(s) herdeiro(s) do sócio falecido não pretenda(m) integrar-se na sociedade, então, caberá ao inventariante providenciar a produção de balanço especial e apuração do patrimônio

**CLÁUSULA 13** - O sócio administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLÁUSULA 14** - O sócio subscritor das quotas do capital social declara, para todos os efeitos legais, que não está impedido, nos termos da lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal inclusive incapacidade superveniente, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civis, inclusive de personalidade.

**CLÁUSULA 15** - O sócio declara, sob as penas da lei, que a empresa se enquadra na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP** nos termos da Lei Complementar n 123, de 14/12/2006.

**CLÁUSULA 16** - Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato.

**CLÁUSULA 17** - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas e não reguladas pelo presente contrato serão supridas ou resolvidas com base nas disposições do Código Civil Brasileiro, Lei n. 10406 de 10 de janeiro de 2002, supletivamente pela lei das sociedades anônimas e pela legislação pertinente em vigor.



**CLÁUSULA 18** - Revogam-se todas as disposições contidas no contrato social primitivo e posteriores alterações, valendo para a sociedade e para terceiros, o que neste instrumento ficou deliberado por todos os sócios, que, através de suas assinaturas, ratificam e dão como consolidadas suas cláusulas.

E por assim estarem justos e contratados os sócios lavram, datam e assinam eletronicamente a presente alteração, em única via, e se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-la em todos os seus termos.

Rio do Sul (SC), 25 de janeiro de 2022.

Assinam eletronicamente a presente alteração contratual os sócios:

<b>Nome do assinante</b>	<b>CPF</b>
Maria Capistrano Cunha	891.486.499-53
Douglas Cunha	008.900.649-62





231573430

## TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CUNHA INSTALACOES TELEFONICAS LTDA
PROTOCOLO	231573430 - 26/01/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

### MATRIZ

NIRE 42201370888  
CNPJ 82.863.291/0001-06  
CERTIFICO O REGISTRO EM 28/01/2023  
SOB N: 20231573430

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20231573430

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00890064962 - DOUGLAS CUNHA - Assinado em 25/01/2023 às 18:01:27

Cpf: 89148649953 - MARIA CAPISTRANO CUNHA - Assinado em 25/01/2023 às 18:04:44



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 28/01/2023 Data dos Efeitos 25/01/2023

Arquivamento 20231573430 Protocolo 231573430 de 26/01/2023 NIRE 42201370888

Nome da empresa CUNHA INSTALACOES TELEFONICAS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 403277575257061

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/01/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

28/01/2023